

DOCUMENTO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS INDÍGENAS KAYABI E APIAKÁ

"Resolvemos fazer um movimento para impedir a construção de uma usina hidrelétrica em nosso território. Por isso, estamos em assembléia desde o dia 8 de março, permanente, e assim vamos permanecer até o governo de Mato Grosso atender os nossos direitos". (Carta aberta dos índios Kayabi e Apiaká, habitantes do rio dos Peixes, Arinos e Teles Pires).

Os estudos para implantação da usina do Salto Kayabi, no rio dos Peixes, datam do início da década de 70. A demarcação oficial do território Kayabi/Apiaká veio posteriormente, deixando fora, premeditadamente, o Salto Kayabi, habitat imemorial, local sagrado e fonte de subsistência dos índios. Estes, desde 1.978, organizaram-se para protestar e exigir a inclusão dessa área no decreto de demarcação.

Não se entende, portanto, a não ser como má-fé deliberada, o decreto governamental que, em 1.981, autorizou a Cemat a construir e explorar uma usina nessa área em litígio. A caça e a pesca indiscriminadas, os abusos por parte dos peões da obra, o desmatamento e a invasão crescente provocaram a revolta dos índios que, no final de 1.983, interromperam pela primeira vez os trabalhos realizados no salto.

Em função do impasse criado, a Cemat prometeu aos índios construir uma casa de trânsito na cidade de Juara, melhorar a estrada de acesso à aldeia, recuperar a pista de pouso, proibir aos peões a caça e pesca e, por fim, ampliar a área indígena em aproximadamente 8 mil hectares, incluindo aí o Salto Kayabi.

Os trabalhos foram então reiniciados, porém, infelizmente, os abusos também. Mais de um ano depois desse acordo a única promessa cumprida foi a construção de uma tosca e miserável casa de trânsito em Juara. As reiteradas tentativas de cobrar da Cemat o cumprimento do acordo resultaram em vão. Os Kayabi e Apiaká, apoiados pela presença de lideranças de 14 nações indígenas de Mato Grosso, ocuparam no dia 8 de março deste ano as instalações da usina, decididos a não permitir sua construção de forma alguma.

Dizem os índios: "...Nós, índios, respeitamos o direito do branco e como é que o branco não pode respeitar o direito que temos? Essa construção da usina em nosso território vai trazer grande prejuízo, como o desmatamento do seringal, das flechas, vai acabar com os peixes, a caça. Perguntamos: Será que existe só um salto que é o Salto Kayabi em todo o território de Mato Grosso?" (Carta aberta dos Kayabi e Apiaká).

Apesar da existência de locais alternativos, a usina do Salto Kayabi está sendo construída a apenas 5 Km da aldeia mais próxima. É o caso também da usina de Serra Morena, em pleno território Cinta-Larga, a 15 Km da aldeia.

A escolha de locais para a usina tem ignorado a ocupação milenar e o protesto sistemático dos índios, indicando da parte do Estado um descaso que beira a intenção genocida.

Esse descaso criminoso se manifesta também na falta de estudos que, necessariamente, devem anteceder a construção de obras dessa natureza. Não se pesquisou a viabilidade de locais alternativos, com menor custo social, nem se realizaram estudos que calculassem o impacto ecológico e sócio-cultural sobre a região e sua população.

No caso dos Kayabi, cujo território se estende na

125
23
82

maior parte a jusante do local da usina, sua construção provocará alterações significativas, na flora e na fauna, com conseqüências nefastas pela alteração do ritmo das cheias e vazantes provocando quebra no ciclo biológico, migrações dos peixes, proliferação de determinadas espécies de fauna e flora em detrimento de outras, causando diminuição na oferta de alimentos.

Além disso, o conseqüente aumento da população atraída pela barragem tenderá a acentuar e tornar rotineiros a caça e a pesca predatórias, o roubo de madeira de lei, a destruição das matas, o crescimento das moléstias contagiosas; enfim, a destruição das condições necessárias à vida dessas nações.

A decisão dos índios permanece inabalável, fortalecida pela "amostra" que já tiveram desde o início das obras, conforme suas próprias palavras:

"Pessoal civilizado mata peixe, jacaré e outros bichos e deixa na água que nós vamos tomar aqui mais embaixo; vão destruir a flecha. Onde vamos achar a flecha? Vão destruir muita caça e muita pesca, importante para a nossa alimentação, sustento de nossas crianças, nossa sobrevivência. Vão destruir nosso último lugar religioso. Os civilizados pensam no dinheiro que chamam desenvolvimento, este que já permitiu que invadissem as terras que eram nossas no Teles Pires, rio dos Peixes e até no Arinos. Agora querem ainda estragar o último restinho que seguramos".

Frente a essa realidade sobejamente conhecida dos órgãos públicos, o que vemos acontecer? O governo do Estado tentando reparar os erros e os demandas já cometidos?

NÃO! As autoridades se esmeram em lançar uma cortina de fumaça, tentando confundir a opinião pública. Exemplo disso é a entrevista do Secretário de Obras e Serviços Públicos, Ricardo Corrêa, ao jornal "O Estado de Mato Grosso", na qual ele declara: "Infelizmente, as comunidades indígenas estão sendo manipuladas por forças estranhas que objetivam aumentar o movimento de pressão com finalidade demagógicas".

Outras autoridades batem na mesma tecla, procurando mostrar os índios como "feras bravias" ou então como dúzia de inocentes que, manipulados de fora, atrapalham o progresso. O governador Júlio Campos, um dos maiores latifundiários do Estado, declarou na primeira página dos jornais cuiabanos que: "Lavo as mãos no caso Kayabi", e que "o governo do Estado não pode ser responsável pelos conflitos que possam ocorrer entre a população da cidade de Juara e os índios".

Perguntamos: O governador do Estado quiz dizer que está com as mãos sujas? Declara-se publicamente irresponsável?

Essas e outras afirmações parecem confirmá-lo. Constituem-se num discurso demagógico e perigoso que procura jogar a população regional contra os índios. É a idéia do "progresso" a qualquer custo, mesmo através do genocídio, objetivando tão somente defender os contratos milionários, os interesses escusos e a ganância de lucro dos poderosos.

O governo do Estado e a Cemat continuam a agir como sempre agiram os governos passados, quando leiloaram, venderam e distribuíram mais de uma vez as terras deste Estado, como se fossem terras de ninguém.

Hoje os índios dizem: "BASTA!" E as autoridades se "surpreendem". Querem encontrar culpados em outro lugar, quando, na verdade, foram suas ações as maiores motivadoras do posicionamento indígena.

O problema se tornou de âmbito federal. Todos os envolvidos (Cemat, governo do Estado, empresa Andrade Gutierrez e índios) concor

daram em esperar um posicionamento definitivo do Ministério do Interior.

Porém, mais uma vez, esse acordo também não está sendo respeitado. Antes mesmo do pronunciamento do Ministério do Interior, a Cemate ameaça entrar na justiça do Estado com o propósito de obter uma decisão favorável que permita o reinício das obras, nem que seja através do apoio policial.

Tudo leva a crer que o governo do Estado não se importa nem mesmo com derramamento de sangue, fazendo com que os Kayabi e os Apiaká paguem sozinhos o custo de um "progresso" que não verão.

SEMANA DO ÍNDIO - Cuiabá, 19 de abril de 1.985.

PEDIMOS SOLIDARIEDADE PARA A LUTA DOS POVOS KAYABI E APIAKÁ.

ENVIEM MENSAGEM PARA OS MINISTROS: MINAS E ENERGIA, INTERIOR, ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E AOS PRESIDENTES DA FUNAI E DA REPÚBLICA:

"ESTAMOS SOLIDÁRIOS, REIVINDICAÇÕES LEGÍTIMAS ÍNDIO KAYABI E APIAKÁ NA DEFESA SEU TERRITÓRIO; SEUS PLENOS DIREITOS" .

CIMI/MT - Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso.

FUNAI/ 5ª DR - Fundação Nacional do Índio.

OPAN - Operação Anchieta.

CPI - Comissão Pró-Índio de Mato Grosso.

CDTI - Centro de Doc. Terra e Índio.

CDHHT- Centro de Direitos Humanos "Henrique Trindade".

MUSEU RONDON - Universidade Federal de Mato Grosso.

Grupo União e Consciência Negra.

DCE - Diretório Central dos Estudantes.

Pastoral de Saúde Popular.

FCD -Fraternidade Cristã dos Deficientes.

PT - Partido dos Trabalhadores.

MIA - Missão Anchieta.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

ASCCMT - Associação de Solidariedade às Comunidades Carentes de Mato Grosso.

CAHIS - Centro Acadêmico de História.

UNI - União Nacional dos Índios.

Gabinete Dep. KAZUHO SANO.